

Edição n.º 3 Setembro de 2008

Destaque



Novas Funcionalidades: Módulo de Gestão de Contratos

A UMC está a considerar a introdução de um módulo de gestão de contratos, no próximo ano de 2009, de forma a facilitar a monitorização dos consumos por parte desta Unidade.

Próximos Passos



Elaboração de despacho previsto no n.º 4 do artigo 4º da Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto, para efeitos de centralização dos procedimentos de contratação da aquisição ao abrigo dos acordos-quadro celebrados pela ANCP.

Levantamento de necessidades junto das entidades do MAOTDR para o ano de 2009.

Poupanças



Leilões Electrónicos

As negociações realizadas com recurso à Plataforma de Leilões Electrónicos permitiram uma poupança média global estimada na ordem dos 5,65%.

Procedimento	Categoria	Poupança Estimada
1/UMC/2008	Papel de Fotocópia	3,32%
2/UMC/2008	Cons. Informática HP	4,31%
3/UMC/2008	Cons. Informática OKI, V. Marcas, Un. Arm.	2,07%
4/UMC/2008	Material de Escritório	0,73%
5/UMC/2008	Material de Arquivo	17,28%
6/UMC/2008	Higiene e Limpeza	9,53%
7/UMC/2008	Cons. Informática Lexmark	3,77%
8/UMC/2008	Cons. Informática OKI	4,18%

Editorial

O ano de 2008, no que se refere às compras públicas, é marcado pela entrada em vigor no passado dia 30 de Julho, do Código dos Contratos Públicos. Este novo diploma visa regular a formação e execução dos contratos públicos, definindo todos os procedimentos que decorrem desde o momento, em que é tomada a decisão de contratar uma entidade, até à adjudicação do contrato, bem como à sua execução.

Destaca-se uma das inovações do referido diploma que se traduz na obrigatoriedade de desmaterialização dos processos pela introdução de meios tecnológicos de suporte ao processo aquisitivo. A Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), tem vindo a lançar ao longo do ano de 2008, vários concursos públicos para celebração de novos Contratos Públicos de Aprovisionamento de bens e serviços para toda a Administração Pública. Com os referidos concursos públicos pretende a ANCP celebrar acordos quadro que pré-qualificam fornecedores e estabelecem as condições e requisitos aos quais os mesmos devem obedecer para poderem fornecer bens e serviços ao Estado, nomeadamente preços, prazos, qualidade de serviço, níveis de serviço, entre outros.

Estão a decorrer os concursos para celebração dos acordos quadro relativos a Equipamento Informático; Papel, Economato e Consumíveis de Impressão; Cópia e Impressão; Licenciamento de Software; Veículos Automóveis e Motociclos; e, Seguro Automóvel. Os documentos associados a todos os procedimentos, finalizados e em curso podem ser visualizados em www.ancp.gov.pt. Segundo a ANCP os concursos para realização de acordos quadro, que tem vindo a lançar desde o início do ano, cumprem os critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas ([Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007](#), de 7 de Maio), integrando as normas internacionais e as melhores práticas nesta área. O referido diploma atribui à ANCP, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a missão de executar, acompanhar e monitorizar a execução da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas para o biénio de 2008-2010.

Unidade Ministerial de Compras

Notícias

Acordo Quadro: Serviço Móvel Terrestre

Entrou em vigor do Acordo Quadro relativo ao Serviço Móvel Terrestre (SMT), no passado dia 10 de Setembro, o qual estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para aquisição de SMT pelas entidades adquirentes com base em três lotes: Lote 1- Serviço Móvel de Voz e Dados; Lote 2 - Serviço Telefónico Fixo-Móvel; e Lote 3 - Serviço Móvel de Dados.

Acordo Quadro: Combustíveis Rodoviários

Entrou também em vigor, no dia 30 de Setembro de 2008, o Acordo Quadro referente aos Combustíveis Rodoviários, sendo que no mesmo se encontram estabelecidas as condições jurídicas, técnicas e económicas relativas às aquisições de Combustíveis Rodoviários, por parte das entidades adquirentes. O acordo engloba dois lotes: Lote 1 - Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento e Lote 2 - aquisição de combustíveis rodoviários a granel.



Formulários de Cadernos de Encargos

Terminou no dia 31 de Agosto, a discussão pública das portarias que aprovam os formulários de cadernos de encargos relativos aos contratos de empreitadas de obras públicas, aos contratos de aquisição de bens móveis, aos contratos de aquisição de serviços, aos contratos de concessão de obras públicas e aos contratos de concessão de serviços públicos. Aguarda-se a publicação das referidas portarias.

Legislação



Indicadores da Plataforma Electrónica de Compras - 2008 (até 30 de Setembro de 2008)

Volume Transaccionado:

226.831,77 Eur

Nº Encomendas: 216

Nº Fornecedores: 7

Nº Produtos Catalogados: 753

Nº Entidades Compradoras: 27

Taxa Global de Execução : 52%

Papel de Fotocópia: 52%

Cons. Informática HP: 41%

Cons. Informática OKI, V.Marcas, U.Arm.: 70%

Material de Escritório: 45%

Material de Arquivo: 56%

Higiene e Limpeza: 50%

Cons. Informática Lexmark: 79%

Cons. Informática OKI: 63%

Eventos



Workshop

Está planeada a realização de uma Workshop até meados de Novembro de 2008.

Links Úteis

Agência Nacional de Compras Públicas

<http://www.ancp.gov.pt>

Portal do Contratos Públicos

<http://www.base.gov.pt>

6º Congresso Nacional da AP – 20-30 de Outubro 2008

<http://www.ina.pt>

3ª Conferência Internacional de Compras Estratégicas - 12 Novembro 2008

<http://www.conferencia-compras.com>

Responsabilidade e Edição de Conteúdos:
Bizdirect / UMC MAOTDR

Nos últimos meses assistiu-se à publicação de nova legislação, pelo que se destacam os diplomas de regulamentação do Código dos Contratos Públicos necessários à sua entrada em vigor.

Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto – Estabelece o regime jurídico do parque de veículos do Estado (PVE).

Portaria n.º 772/2008, de 6 de Agosto – Define as categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP.

Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho - Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicar no Diário da República.

Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de Julho - Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição.

Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de Julho - Publica a actualização dos limiares comunitários.

Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de Julho - Aprova o modelo de dados estatísticos.

Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de Julho - Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra.

Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de Julho - Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos).

Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho - Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas electrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos, e estabelece as regras de funcionamento daquelas plataformas.

Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho - Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projecto de execução, bem como os procedimentos e normas a adoptar na elaboração e faseamento de projectos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projectos de obras», e a classificação de obras por categorias.

Portaria n.º 701-I/2008, de 29 de Julho - Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas.

Portaria n.º 701-J/2008, de 29 de Julho - Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projectos de investigação e desenvolvimento e cria a respectiva comissão.

Despacho normativo n.º 35-A/2008, de 29 de Julho - Aprova o Regulamento de Publicação de Actos no Diário da República. Revoga o despacho normativo n.º 38/2006, de 30 de Junho.

Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho - Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e recepção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos.

Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março - Rectifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprova o Código do Contratos Públicos (CCP).

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Aprova o Código do Contratos Públicos (CCP).

Regulamento (CE) n.º 1422/2007 da Comissão, de 4 de Dezembro – Altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de Maio – Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010.

Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro – Define o sistema nacional de compras públicas (SNCP) e cria a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), com as funções de entidade gestora do SNCP e gestora do parque de veículos do Estado.

Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março – Relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços.